

# Dinheiro e Imposto: Dimensões morais sobre a taxaço de Grandes Fortunas no contexto de pandemia no Brasil<sup>1</sup>

*Elaine da Silveira Leite (UFPel)<sup>2</sup>*

*Karina Gomes Assis (UFSCar)<sup>3</sup>*

## **Resumo:**

Dinheiro e imposto são categorias fundamentais para compreender as práticas socioeconômicas; assim, a análise de seus sentidos sociais pode revelar relações econômicas, políticas, culturais, e despontar a dimensão moral da ação humana. Partindo deste pressuposto, o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), tributo previsto na Constituição Brasileira de 1988, caracteriza-se como objeto empírico privilegiado na apreensão da lógica argumentativa e das justificativas morais que emergem da narrativa de diversos agentes, sejam de seus defensores ou opositores. Por meio da análise de narrativas no Twitter, estimuladas pela pandemia de Covid-19, observamos o modo como os agentes coordenam e justificam suas narrativas. Assim, a partir das sociologias da moral e econômica, o mapa analítico revela um repertório moral, que aponta uma crescente sensibilização aos argumentos de repúdio à taxaço, reforçado por lógicas duais (cf. ZELIZER, 2009) sobre as dimensões do imposto e do dinheiro.

**Palavras-chaves:** Dinheiro; imposto; riqueza; moralidades; sociologia.

## **1. Introdução<sup>4</sup>**

A pandemia do Covid-19 é palco de uma guerra cultural (cf. GRÜN, 2010), por aqui, argumentos e opiniões sobre o vírus movimentam atores do âmbito político, jurídico, intelectual, e acadêmico, no qual expressam suas arguições tentando convencer a opinião pública sobre a gravidade (ou não) da situação. Neste espaço, é interessante notar, em especial, a ascensão dos epidemiologistas no espaço público (WILKIS, 2020), que se tornaram portavozes legítimos sobre o assunto e clamavam pelo isolamento social; ao mesmo tempo que, em especial, empresários saiam às ruas em carreatas bradando pelo retorno das atividades, pois

---

<sup>1</sup> 44º Encontro Anual da ANPOCS. GT40 - Sociedade e Vida Econômica.

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Departamento de Sociologia e Política (UFPel). Doutora em Sociologia UFSCar (2011).

<sup>3</sup> Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos - com estágio em Sociologia Política na École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris/França). Professora Adjunta no Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos.

<sup>4</sup> Esta publicação é fruto de uma parceria entre os projetos de pesquisas - Resignificando a economia: da economia doméstica ao empreendedorismo e os projetos de educação financeira e fiscal no Brasil; e, Verdades Econômicas e Verdades Políticas: O Sistema Financeiro em Debate, desenvolvidos respectivamente por Elaine da Silveira Leite e Karina Gomes de Assis no âmbito de intercâmbio acadêmico entre os grupos de pesquisas GENS/UFPel e NESEFI/UFSCar.

alegavam que a economia do Brasil não poderia quebrar, estimulados pelo presidente da República, conforme ressalta Silva (2020) no excerto abaixo:

Contrariando a OMS, o Ministério da Saúde, os governadores de Estado e até mesmo sua base de apoio no Congresso Nacional, o presidente da República tem feito apelo à população para que retorne ao trabalho, alertando que o isolamento matará mais que o vírus. O slogan de sua nova campanha, repetido nas redes sociais por meia dúzia de empresários e, nas ruas, por seguidores de campanha era “a economia não pode parar” e, mais recentemente, “eu assumo o risco das mortes” (SILVA, 2020, pg. 108).

No âmbito político, portanto, uma série de situações vexatórias, protagonizadas pelo Presidente e seus assessores, seguidas, respectivamente, pela demissão e pedido de demissão dos Ministros da Saúde elucidam o contexto<sup>5</sup>. Neste ínterim, a população era atingida pelo vírus, o sistema público de saúde entrava em colapso, os leitos de UTIs mostravam-se insuficientes, e alguns governos estaduais e prefeitos passaram a agir de forma independente para tentar amenizar os efeitos da pandemia<sup>6</sup>; entretanto, as mortes atingiram a população e aumentaram exponencialmente; juntamente com desemprego, queda da renda do setor informal, falência de empresas e a fome, que voltou a ser um forte marcador da nossa realidade; deste modo, a “contra gosto” do Presidente e do Ministro da Economia (Paulo Guedes), no final de março de 2020, o auxílio emergencial de R\$ 200,00 proposto para atender à população – que sentiu imediatamente os efeitos da pandemia, foi aprovado pelo Congresso no valor de R\$ 600,00<sup>7</sup>.

A discussão sobre o auxílio emergencial, portanto, ganhou repercussão, e como rendeu certa popularidade ao presidente da República, a sua continuidade passou a ser central em sua agenda política, pauta que gerou polêmica e tensão com um dos seus mais notáveis ministros – Paulo Guedes<sup>8</sup>, que desde o início da sua gestão, defende uma agenda de austeridade fiscal, desregulamentação e cortes no Estado.

As reflexões apresentadas para essa comunicação foram estimuladas, portanto, por este contexto de crise sanitária, em que o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), previsto na Constituição Brasileira de 1988, ganha evidência e caracteriza-se como objeto empírico

---

<sup>5</sup> Aqui vale pontuar que o Ministério da Saúde, após deixar de ser ocupado por médicos especialistas, está, desde então, a cargo de um general formado pela Academia Militar das Agulhas Negras.

<sup>6</sup> Neste contexto, ficou evidente a tensão entre o Presidente da República e João Dória, governador do Estado de São Paulo – ver: A disputa pelo poder político em meio à pandemia de Covid-19: análise do confronto entre João dória e Jair Bolsonaro. Por: Mateus da Cunha Santos, Maria Ivete Trevisan Fossá. In: <http://revistas.pucgoias.edu.br/index.php/panorama/article/view/8297>.

<sup>7</sup> A disputa em torno do auxílio emergencial após sua prorrogação. Por: Isabela Cruz. 25/09/2020. In: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2020/09/25/A-disputa-em-torno-do-aux%C3%ADlio-emergencial-ap%C3%B3s-sua-prorroga%C3%A7%C3%A3o>. Acesso: 15 de outubro de 2020.

<sup>8</sup> Idem.

privilegiado na apreensão da lógica argumentativa e das justificativas morais que emergem da narrativa de diversos agentes, sejam de seus defensores ou até mesmo de seus opositores.

No Senado Federal, atualmente, existem quatro projetos em tramitação, sendo que “dois deles foram apresentados após o início da pandemia do novo coronavírus — e citam essa calamidade sanitária como motivo de suas medidas” (Fonte: Agência Senado, 2020<sup>9</sup>). Os quatro atuais projetos no Senado são de autoria da senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA, PLP 50/2020), do senador Reguffe (Podemos-DF, PLP 38/2020), do senador Plínio Valério (PSDB-AM, PLP 183/2019), e do senador Paulo Paim (PT-RS, PLP 315/2015)<sup>10</sup>. Outros, também foram apresentados à Câmara, como os projetos do Deputado Paulo José Carlos Guedes (PT-MG, PLP 215/20), do Deputado Celso Sabino (PSDB-PA, PLP 112/20 e PLP 88/20) e do Deputado Assis Carvalho (PT-PI, PLP 924/20).

Como já mencionamos, o IGF está previsto na Constituição, mas nunca foi regulamentado. Em 1989, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) como senador apresentou um projeto de regulamentação do referido imposto, mas não teve êxito na câmara dos deputados; assim, vários projetos já foram propostos por diversos partidos como: “PT, PSOL, PV, PCdoB, PPS, além do próprio PSDB”<sup>11</sup>; em diferentes governos mas até hoje, nenhum foi regulamentado.

Assim, em meio a uma crise sanitária que desencadeou uma crise econômica considerada sem precedentes, alguns economistas e jornalistas tidos como liberais do ponto de vista econômico passaram a clamar pela intervenção do Estado, contrariando a ortodoxia econômica (CANTU, 2020). A pauta sobre o IGF ganha repercussão e passa a ser evocada por diferentes agentes para além do espectro político, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), por exemplo, que defendeu a progressividade da carga tributária como uma das medidas para o aumento da arrecadação pública para resolver o crescimento do endividamento público resultado das políticas necessárias ao combate à pandemia<sup>12</sup>.

Neste sentido, o Twitter mostrou-se um espaço importante para o debate público sobre o tema<sup>13</sup>, a partir do mapeamento de hashtags ligadas ao debate e algumas expressões, foi

---

<sup>9</sup> Senado debate quatro propostas de imposto sobre grandes fortunas. Da Redação: 27/03/2020. Fonte: Agência Senado. In: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/03/27/senado-debate-quatro-propostas-de-imposto-sobre-grandes-fortunas>. Acesso: 15 de outubro de 2020.

<sup>10</sup> *Idem*

<sup>11</sup> *Ibidem*.

<sup>12</sup> FMI defende taxar mais ricos para lidar com aumento da dívida no pós-pandemia. Por: Thais Carrança. 13/10/2020. In: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/fmi-defende-taxar-mais-ricos-para-lidar-com-aumento-da-divida-no-pos-pandemia.shtml>. Acesso: 13 de outubro de 2020.

<sup>13</sup> Criado em 2006, o Twitter se tornou uma ferramenta expressiva em debates políticos no Brasil e no mundo, utilizada também como fonte de informação e propagação de notícias (RECUERO, 2009).

possível delinear o modo como os diferentes agentes políticos, jornalistas, celebridades coordenaram/justificaram suas narrativas nesta rede, reverberando no senso comum.

É importante ressaltar que compreender as justificativas que envolvem defender ou não o IGF resulta em apreender os sentidos sociais do imposto e do dinheiro, que em nosso país resvala em dimensões morais sobre a riqueza e a pobreza. Assim, a partir das sociologias da moral e econômica, o mapa analítico resultado dessa análise revela repertórios que repudiam ou aceitam a taxaço de grandes fortunas valendo-se de princípios morais em torno dos quais se organiza o debate brasileiro sobre o assunto.

## **2. Sociologias: dinheiro, imposto e moral**

O objetivo do presente capítulo é esboçar possíveis intersecções entre a sociologia econômica e evocar uma sociologia fiscal para refletir sobre as dimensões morais da fortuna, da riqueza, isto é, do dinheiro relacionadas à questão do imposto. Abrangendo também, de certa forma, a distribuição de renda via Estado, que se refere às políticas redistributivas que visam contribuir para o debate sobre desigualdade social e concentração de renda que emergiram, em especial, durante a crise sanitária evocando o debate sobre a tributação das grandes fortunas.

Aos analistas sociais, de modo geral, foi relegada a tarefa de analisar a desigualdade social, a partir da lente da pobreza, do trabalho, do trabalhador etc. (CATTANI, 2014). Assim, Cattani (2014) reforça a importância em olhar para a questão da riqueza, da tributação e, para as relações de poder que permeiam os atores situados no topo da pirâmide social, em especial, no Brasil, que é um dos países mais desiguais do mundo. Entretanto, como adverte Cattani (2014) “A riqueza, possui uma dupla dimensão de totem e tabu; ao mesmo tempo é objeto de temor e veneração. Esse mito da riqueza constitui uma barreira ao seu estudo” (CATTANI, 2014, pg. 19). Ao mesmo tempo que a riqueza é objeto de veneração, de personalidades que estampam as listas de bilionários e as capas das revistas, isto é, personagens quase que santificados (CATTANI, 2014, pg. 19); por outro lado, também desdobram-se na ordem do tabu, “quando convém os nomes e cifras não aparecem e os indivíduos são substituídos por grandes abstrações – as corporações, os mercados” (CATTANI, 2014, pg. 19).

Nas ciências sociais, como reforça Souza (2016), o próprio uso da palavra “ricos” causa certa estranheza – isto é, parece que não sabemos ao certo como nos referir a este estrato social – “Talvez até pela posição social dos acadêmicos, acaba-se reproduzindo a ambiguidade de um estrato social que, seja lá como for definido, é alvo de fascínio ao mesmo tempo que se reveste de pudor. Todos querem ser ricos, mas ricos são sempre os outros” (SOUZA, 2016, pg. 20). Se, os ricos/milionários/bilionários são sempre os outros, como os encontramos para estudá-los?

A renda das famílias, no Brasil, de modo geral, é mapeada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), efetivada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) que tem realizado pesquisas em âmbito nacional sobre o orçamento familiar, mais sistematicamente desde os anos 1980 (LEITE, 2017). Assim, vale ressaltar, que as informações da PNAD são amostrais e declaratórias (LEITE, 2017; GRÜN, 2018); isto é, buscam estimar informações sobre orçamento familiar, a partir de questionários sobre hábitos de consumo, alocação de gastos e distribuição dos rendimentos, segundo as características dos domicílios e das pessoas (LEITE, 2017).

Deste modo, no que refere as informações sobre os ricos, os dados da PNAD, como reforça Grün (2018), podem conter subdeclaração de riqueza e renda; que reveste-se por uma dualidade moral, ora para não chamar a atenção do fisco porque geralmente paga-se menos imposto do que deveria; ora pelo receio da exposição dessas famílias aos perigos da insegurança em ser rico neste país – pelo temor a assalto e sequestro; desse modo, aparentemente, o medo da violência e insegurança, justifica moralmente a ação anterior – a sonegação. Ainda, como adverte Leroy (2007), a tributação é um indicador da legitimidade do Estado perante os seus cidadãos; e, aqui para este grupo, o Estado parece não cumprir sua função social. Assim, legitima-se moralmente a sonegação e o sigilo como práticas naturais.

Os dados sobre o Imposto de Renda no Brasil, como aponta Souza (2016) e salienta Grün (2018), não são disponibilizados integralmente mesmo para fins analíticos, pois o próprio Estado detentor das informações alega problemas de sigilo e segurança dos dados (GRÜN, 2018), conforme excerto abaixo:

E isso na “contramão da história”, pois na maior parte dos países nos quais o aparato estatístico do Estado é capaz de fornecer esses dados, foram encontradas maneiras de exibí-los de forma agregada que não expõe indivíduos ou famílias, mas suficientemente desagregada para propiciar a análise. Entretanto, no Brasil, o argumento do sigilo se sobrepôs, evitando a disponibilização” (GRÜN, 2018, pg. 319).

Deste modo, cabe destacar que as publicações dos livros de Thomas Piketty – O Capital no século XXI (2013) e Capital e Ideologia (2019), ganharam repercussões mundiais, pois expuseram o aumento da concentração de renda, e denunciaram as redes, os esquemas de evasão e a sonegação fiscal; entretanto, foram essenciais pois ressaltaram a importância dos órgãos públicos fornecerem informações e dados sobre renda e patrimônio para a compreensão deste universo, como reforça Grün (2018) e Souza (2016). De certa forma, o impacto das publicações de Piketty e de seu grupo questionam a legitimidade das teorias do *mainstream* acadêmico liberal tributárias que sustentam a menor progressividade como forma ótima na garantia da

neutralidade e da produção de eficiência, evitando distorções econômicas, na maximização do bem-estar da sociedade (GOBETTI, 2019).

No entanto, no Brasil, a PNAD, como sabemos, ainda é a principal referência sobre a renda da população. Cabe destacar que, a PNAD foi intensivamente usada para conferir legitimidade a redução da desigualdade e dos efeitos das políticas de redistribuição de renda, em especial, na era do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) – Lula e Dilma (SOUZA, 2016). Por outro lado, os críticos da política econômica, em especial do governo Dilma, por exemplo, De Bolle (2016) aponta como o uso dos dados da PNAD, pelo referido governo, foi utilizado para assinalar a redução de pobreza e não o aumento da desigualdade, mascarando a falha política econômica em curso, que não visava corrigir a queda do Produto Interno Bruto (PIB) e a alta da inflação, o que intensificou o cenário de crise econômica e fiscal do governo Dilma, que não adotou medidas de austeridade fiscal para contornar a crise econômica (DE BOLLE, 2016).

Sendo assim, atentar-se aos dados da PNAD é ter uma dimensão parcial da renda da população brasileira, em especial das camadas mais populares e das classes médias. Ao mesmo tempo, ponderar sobre medidas de austeridade fiscal e redistribuição de renda, é tocar na dupla analítica deste trabalho – dinheiro e imposto; portanto, aqui se analisarmos o Programa Bolsa Família – ponto crucial do governo PT à época, que alterou significativamente a composição da PNAD, podemos via um exercício sociológico buscar compreender a dimensão moral da taxação dos ricos e iniciar nossa imersão neste universo desafiador.

A diferença dos Programas de distribuição de renda, por exemplo, como o Bolsa Família, no qual o valor é repassado via dinheiro, diferem dos programas assistenciais do passado, os quais o evitavam (ZELIZER, 1994; LEITE, 2017). Cabe destacar, segundo Zelizer (1994), quão antiga é essa posição que rejeita a transferência pública de dinheiro às organizações de assistência aos pobres; já que pairava uma ideia de que pobreza é resultado da falta de gestão do dinheiro, bem como, o argumento de que transferir dinheiro poderia encorajar a preguiça (FOURCADE; KIERAN, 2007), isto é, desincentivar o trabalho. Assim, moralmente, constituindo um ideário de que tais políticas públicas (conduzidas como políticas de Estado) podem trazer efeitos corrosivos para o caráter moral dos beneficiários (FOURCADE; KIERAN, 2007), desestimulando o imaginário social do *self made man*.

Tal cenário simbolicamente constitui a doxa (cf. BOURDIEU, 1996), de que pobre e dinheiro são questões adversas. A boa gestão do dinheiro, bem como a figura do *self made man*, são diretamente associados à ideia da riqueza, que estampam as capas das revistas dos

bilionários (cf. CATTANI, 2014) e ilustram o homem que trabalha para a construção e administração de seu império. Sua riqueza vem pelo mérito.

De todo modo, conhecemos os impactos positivos do Programa Bolsa Família. Embora, de acordo com Souza (2016), possam ser políticas inclusivas que diminuíssem a pobreza e a miséria da população brasileira, mas que não reduziram a desigualdade social no longo prazo, na medida em que a renda persiste concentrada no topo da sociedade, que ela não foi redistribuída (SOUZA, 2016), continuamos um país desigual.

Neste sentido, para Weber (1991), se o imposto é a conexão mais direta entre a esfera da economia e das organizações políticas (cf. SWEDBERG, 2005); o capitalismo racional-moderno, portanto, é diretamente associado à forma como o dinheiro é interpretado pelos sujeitos; assim, com a reforma protestante, o dinheiro passa de pecado à possibilidade legítima de louvar a Deus (WEBER, 1999). A riqueza conquistada pelos empresários ricos é legitimada socialmente pelo trabalho árduo, mesmo que, atualmente, seja desprendida dos valores religiosos. Hoje, no imaginário social, estes sujeitos (*self made man*) figuram como os responsáveis pelo crescimento econômico (PIB) do país e pela sustentação do Estado fiscal, nele a ideia de meritocracia funciona como um operador próprio de justiça, que se contrapõe moralmente a lógica da taxação dos mais ricos, interpretada como uma apropriação injusta do esforço alheio, daqueles que ajudam a erguer o país.

No entanto, quando riqueza e imposto passam a ser relacionadas, a lógica narrativa parece se sustentar pela dualidade clássica – pelos princípios eficientes do mercado em contraponto a ineficiência do Estado; por exemplo, os empresários mantêm a economia (PIB), geram empregos, salários, impostos, etc.; em oposição ao Estado que taxa, impede o crescimento, é burocrático, corrupto<sup>14</sup> e gastador. Aqui essa dualidade clássica pode ser retroalimentada pela crença da menor progressividade tributária, pois de acordo com Young (2017), somos levados a pensar a partir modelos econômicos neoclássicos e por economistas, que expressam argumentos contrários às políticas tributárias progressivas reforçando que tais medidas poderiam levar a perdas irreparáveis decorrentes da saída dos ricos do país, a exemplo do aumento de desemprego, da queda na arrecadação, etc., conforme, exemplifica a fala de Luciano Huck, celebridade brasileira que flerta com o cenário político: “Eu não sou contra (taxar fortunas), de jeito nenhum, mas quando você enxerga a colcha de retalhos que é a malha tributária brasileira, você vê a bagunça que ela é hoje. A gente tem que rever isso, a reforma (tributária) é superimportante. Se você tributar a fortuna, acho que o dinheiro escapa (do País).

---

<sup>14</sup> Cabe destacar, que no Brasil, a fama de Estado corrupto está atrelada a Lava Jato e a força do judiciário nas delimitações de contendas do contexto brasileiro no período recente.

Vão ter engenharias fiscais que vão fazer o dinheiro não ficar mais aqui e isso seria ruim para o País”<sup>15</sup>.

No Brasil, como apontamos na introdução, o IGF está previsto na Constituição Brasileira de 1988, mas nunca foi regulamentado; e, ganhou maior evidência com a pandemia do Coronavírus quando novos projetos de IGF passaram a se somar aos já existentes no Senado e na Câmara, e, com a discussão em torno do auxílio emergencial aprovado pelo governo federal. O auxílio emergencial foi, portanto, a principal medida do governo decorrente da crise sanitária, que buscou alcançar a população mais vulnerável; embora muitas pessoas tenham ficado sem acesso ao benefício e uma série de fraudes foi anunciada<sup>16</sup> apontando a fragilidade do governo federal na gestão deste programa. Assim, sabemos, quais são e serão as maiores vítimas dessa pandemia – os mais pobres.

Considerando que a maior parte da arrecadação vem da tributação indireta<sup>17</sup> via o consumo, quem paga mais impostos, proporcionalmente, é a parcela mais pobre da sociedade, atingida diretamente no seu poder de consumo; deste modo, é revelador como dinheiro e imposto vão se sobrepondo no imaginário e despontam reveladores da nossa dinâmica moral.

Como exigir desta grande parte da população que ela entenda que tributação sobre grandes fortunas é justa, adquirir a consciência de que nem uma grande fortuna veio sem a mão de obra do trabalhador, o que significa um programa político que garanta a todos uma renda mínima básica, capaz de garantir suas necessidades mínimas, se por séculos e novamente vamos para o viés religioso, é indigno perante muitas crenças religiosas o ser humano não suprir suas necessidades, tornando este cidadão incapaz de lutar para defender uma renda tipo a que foi criada no Brasil, que conhecemos como salário mínimo e que deveria teoricamente garantir, alimentação, moradia, lazer, saúde e educação, mas nunca foi cumprida, nunca foi executada, muito menos lutar para defender um SUS, um bolsa família (MAINARDI, 2020, pg. 230-231).

Por este viés, a pandemia nos coloca diante de uma sociologia tributária espontânea, que perpassa as relações entre imposto, dinheiro, Estado e sociedade (LEROY, 2007) e que gera/reproduz desigualdades ao mesmo tempo que evoca uma dimensão cognitiva que realoca algumas posições sociais distintas em colaboração subjetiva, seja de uma parcela da população mais pobre que nunca teve acesso às garantias mínimas de um Estado (como aponta o excerto acima) e que sempre empreendeu para sobreviver, seja do grupo que versa sobre as benesses de

---

<sup>15</sup>Huck vê problemas em taxar fortunas no Brasil: 'Dinheiro vai escapar'. Editorial. 28/04/2020. In: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/28/huck-ve-problemas-em-taxar-fortunas-no-brasil-dinheiro-vai-escapar.htm>. Acesso: 30 de outubro de 2020.

<sup>16</sup> Ver notícias sobre as fraudes na Agência Brasil, por exemplo: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/tags/auxilio-emergencial-1>

<sup>17</sup> Segundo dados da Oxfam apenas três países da OCDE possuem em sua composição da carga tributária maior taxação sobre tributos indiretos (consumo) do que sobre tributos diretos (renda e patrimônio), a saber Brasil, Chile e Turquia. Enquanto no Brasil a tributação indireta chega a quase 50%, na média dos países da OCDE o valor não ultrapassa 33%. Dados disponíveis em: <http://ovalordoseuimposto.org.br>. Data de acesso: 20 de outubro de 2020.



ser um empresário/bilionário bem-sucedido. No trecho abaixo, apontamos uma fala de uma entrevista com o top 10 da lista de bilionários da Forbes do Brasil (publicada em setembro de 2020<sup>18</sup>) para exemplificar o nosso argumento.

(...) Nós temos que enriquecer toda a nossa população. É muito simples: para você ter emprego, você tem que ter empresas, mas para você ter empresas, precisa ter empresários. Precisamos educar nosso povo a ser empreendedor. A esquerda mata os empreendedores. Mata automaticamente as empresas e acaba com os empregos. Por que fazem isso? Porque querem que todo mundo dependa de bolsas, de governo, da máquina pública. (...) <sup>19</sup>.

De modo geral, conhecemos a riqueza e o estilo de vida dos ricos/bilionários brasileiros e suas fortunas pelos métodos levantados e divulgados pela Revista Forbes (cf. CATTANI, 2014) e propalados pelas demais mídias. A Forbes, revista de negócios e economia, anualmente divulga uma lista dos maiores bilionários do mundo e também publica uma classificação própria de cada país. Em 2020, por exemplo, a lista dos dez mais ricos do Brasil, somadas, chegam a R\$ 1,6 trilhão, que é quase o PIB do Chile<sup>20</sup>. A última lista dos milionários brasileiros atualizada em 2020 elenca Luciano Hang (excerto acima), do setor de varejo, na 10<sup>o</sup> posição.

Deste modo, a narrativa de que os empresários (*self made man*) são os grandes responsáveis pela geração de empregos, pelo crescimento do PIB, etc.; e que entretanto, são impelidos pela burocracia estatal e pela carga tributária; de certa forma, ganha ressonância com (outros) setores da população ao repercutir que o país não poderia parar, que a economia não poderia quebrar; e que a população não poderia ficar dependente da “ajuda” do governo, o que produziria um povo dependente da máquina pública, já ineficiente – aqui o reforço simbólico e moral da dualidade clássica opera com força máxima.

Assim, quando fala-se em aumentar imposto ou em carga tributária, de maneira geral, a lógica narrativa do imaginário social automaticamente aciona questões associadas à dualidade clássica, que reforça a burocracia e morosidade do Estado em oposição ao protagonismo do mercado (eficiente) aliada ao empenho/dinamicidade dos empresários; neste sentido, nossa hipótese, transfere-se para a questão do IGF, pois quando discutido o IGF algumas possibilidades sobre o que poderá acontecer são recorrentes na mídia, na política, no senso comum, e até mesmo na academia – em especial são evocadas as ideias da mobilidade dos

---

<sup>18</sup> Disponível em: <https://forbes.com.br/listas/2020/09/10-maiores-bilionarios-brasileiros-em-2020>. Data de acesso: 30 de outubro de 2020.

<sup>19</sup> Luciano Hang, dono da Havan: Temos que bater palma quando alguém compra um avião, mas no Brasil a inveja é triste. Por: Ingrid Fagundez. BBC News Brasil. São Paulo. 21/06/ 2019. In: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48670848>. Data de acesso: 30 de outubro de 2020.

<sup>20</sup> Brasil chega a 238 bilionários em 2020; fortuna total é quase PIB do Chile. Da Redação. UOL. 21/09/2020. In: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/09/21-novos-bilionarios-da-revista-forbes.htm?cmpid=copiaicola>. Data de acesso: 30 de outubro de 2020.

bilionários, da evasão fiscal, dos paraísos fiscais – sempre realçadas como atitudes extremamente prejudiciais para o país.

Aqui, recuperamos Young (2017), que busca desmitificar a hipótese da mobilidade dos milionários ressaltando que o lugar ainda é fundamental para entender este estrato social. Desse modo, afirma que a maioria dos grandes escritórios das grandes firmas estão nas cidades globais (cf. SASSEN, 1998), e que os milionários norte-americanos vivem onde eles fazem sucesso, pois estão imersos em seus laços sociais.

A tese do milionário móvel atrai interesse e apoio de todo o espectro político. À direita, a ideia de migração milionária é atraente porque desafia a viabilidade de altos impostos sobre os ricos, aos quais os conservadores se opõem por princípio. À esquerda, a migração milionária alimenta uma narrativa de elites gananciosas e antipatrióticas empurrando a carga tributária para as costas dos pobres e da classe média. Ambos os lados usam anedotas sobre a migração de milionários para apresentar seus argumentos ideológicos. A esquerda e a direita baseiam-se em uma narrativa compartilhada dos ricos móveis que é amplamente falsa (YOUNG, 2017, Locais do Kindle 1757-1761 – tradução nossa).

Ressalta ainda que economias de offshore e até mesmo paraísos fiscais são estratégias usadas por aqueles que ganham dinheiro com a posse de capital, ou por aqueles que buscam realizar evasão fiscal e sigilo fiscal; entretanto, não é a situação da maioria dos milionários norte-americanos, no qual a origem da riqueza é via trabalho, o que viabiliza o uso destes subterfúgios (YOUNG, 2017). De acordo com Young (2017) e Saez e Zucman (2019), são setores com ganhos de capital que podem mais facilmente utilizar a evasão fiscal via tecnologia como empresa offshore para evitar impostos imobiliários, impostos sobre ganhos de capital, impostos de renda ordinários, impostos de riqueza, impostos de renda de empresas, ou de dividendos e royalties.

Deste modo, conhecer, de fato, a composição da riqueza dos milionários brasileiros seria um caminho interessante para refletir sobre as reais consequências das taxações das grandes fortunas, e até mesmo romper com algumas verdades preconcebidas pautadas, muitas vezes, pelas teorias ortodoxas *mainstream*. Bem como, um estudo das trajetórias do seletivo grupo de milionários brasileiros e de seus laços sociais, como ressalva, Young (2017), e até mesmo Souza (2019b<sup>21</sup>), pode sugerir que nem sempre aumentar a alíquota significa, portanto, que ocorrerá evasão seja dos milionários ou do dinheiro em massa “(...) na prática, temos evidências suficientes de que existe um bom espaço para aumentar para além de 27,5% sem que nada de

---

<sup>21</sup> SOUZA, Pedro. Entrevista: Pedro Ferreira de Souza: “Há subsídio do Estado para a saúde dos mais ricos no Brasil”. El País. São Paulo. 07/10/2019b. In: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/21/politica/1569017286\\_437950.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/21/politica/1569017286_437950.html). Acesso: 30 de outubro de 2020.

ruim fosse decorrer. Países muito parecidos ao Brasil têm alíquotas que chegam a 35 ou 40%, um patamar razoável num futuro próximo<sup>22</sup>.

Neste sentido, este trabalho busca mapear, ainda que de maneira preliminar, no espaço das redes sociais — Twitter — indícios que sejam válidos para responder os seguintes questionamentos: quais agentes estão pautando a discussão sobre o imposto de grandes fortunas? Quais são contrários? O que motivam as suas ações? Quais suas justificativas? O que esse repertório pode nos apontar como evidência sociológica moral sobre a questão redistributiva no país?

### **3. Mapeando a rede e verificando narrativas**

Para mapear as manifestações referentes ao IGF a estratégia metodológica adotada teve por base a análise de conteúdo sobre o assunto produzido no Twitter, durante o período da pandemia de Covid-19 no Brasil<sup>23</sup>, momento este em que a dualidade Estado/Mercado teve notória ascensão em debates a partir de diferentes perspectivas, como apresentado anteriormente.

O Twitter se mostra uma ferramenta promissora de análise na medida em que, nos últimos anos, ganha papel proeminente na difusão de informações e debates políticos (RECUERO; ZAGO, 2011), sendo uma das principais ferramentas de governos e políticos para difusão de opiniões e promoção de embates levando em consideração a sua capacidade de rápida difusão de informações a partir das replicações de mensagens (ROSSETO; CARREIRO; ALMADA, 2013). Para além disso, como ressaltam Parlamee e Bichard (2012) chama também a atenção pela instantaneidade que traz ao debate, evitando filtros preliminares e longas mensagens, e permite que usuários comuns possam se inserir (mesmo que de maneira superficial) em um debate, político ou de caráter público, a partir de sua atuação via comentários e retuites. Nele o uso das hashtags marcam uma dinâmica específica que permite uma rápida conexão e formação de identidades a partir de um ponto de vista. Diante desse profícuo cenário, optou-se por verificar de que maneira o debate sobre o imposto sobre grandes fortunas ocorreu no Twitter, inicialmente, de maneira qualitativa no período delimitado.

Desse modo, foram coletados a partir de uma série de testes de expressões e hashtags, os tuites relacionados ao tema capazes de delimitar cenários discursivos contrários ou favoráveis ao IGF, resgatados tanto por mecanismos de busca avançada da própria rede, quanto

---

<sup>22</sup> Idem.

<sup>23</sup> Para facilitar os critérios de busca o período estipulado para a análise foi de 01 de março de 2020 a 30 de outubro de 2020.

a partir do software para análise de mídias sociais via APIs<sup>24</sup> públicas de coleta de postagens desta rede social, o Netlytic (GRUZD, 2016). Posteriormente a este processo, foi realizada a análise qualitativa das mensagens coletadas com o objetivo de identificar os agentes e as chaves cognitivas que justificaram suas narrativas e pontos de vista.

Vale lembrar que o amplo intervalo de tempo acarreta um grande número de dados que, no entanto, são impulsionados por acontecimentos e falas em circunstâncias específicas, compreendidos como ‘momentos discursivos’. Nesta ocasião não houve a preocupação em relacionar o debate no Twitter aos discursos/eventos propulsores da discussão, mas sim, verificar os enquadramentos gerais dos posicionamentos a favor e contra o IGF. Para facilitar o processo de análise, portanto, foi elaborada uma tabela na qual é possível mapear os principais posicionamentos e expor algumas de suas colocações:

**Quadro 1: Enquadramentos sobre o IGF no Twitter durante a pandemia**

Posicionamento	Colocações	Enquadramentos morais	Hashtags (#s)
<b>Contra</b>	Socialistas se apropriam do esforço alheio (usuário Twitter)	Defesa da propriedade individual  Liberdade individual  Meritocracia  Estado corrupto  Empresários que garantem o emprego	#sonegarelegitimadefesa  #impostoeroubo  #estadoquadrilha  #socialismomata  #endthestate
	“Taxar fortuna não alcança o tamanho do buraco nem que se tomasse 100% do patrimônio dos ricos que abandonariam o país; cobrar devedores de impostos não resolve pq a maioria já faliu. Não há milagres. Estados sem o ICMS não terão \$\$ pra pagarem funcionários e tampouco a União” (Flávio Augusto - 200 empresários com Bolsonaro)		
	"Parar de roubar também economizaria bastante!" (usuário Twitter)		
	“É incrível a quantidade de pessoas que veem isso e dizem que “taxar os ricos é questão de justiça”. Sério que ninguém vai apontar de que maneira isso beneficia os mais pobres? Ou isso não é relevante? (Felippe Hermes - Canal InfoMoney)		
	“Ser a favor de taxação de grandes fortunas é acreditar que o Estado é eficiente em redistribuir renda. Sabemos que tudo vira salário do alto escalão do funcionalismo público” (usuário Twitter)		
	“Vira tudo desvios e mamatas” (usuário Twitter)		
	"Estado grande = cidadão pequeno" (usuário Twitter)		
<b>A Favor</b>	“Quem tem mais dinheiro é quem menos paga imposto no Brasil” (Manuela D’Ávila – candidata a prefeita de Porto Alegre PCdoB/RS)	Justiça social	#taxarfortunas

<sup>24</sup> *Application Programming Interface*, ou, em português, interface de programação de aplicação, trata-se de um conjunto de rotinas e padrões de programação para acesso a um aplicativo de software ou plataforma baseado na Web.

<p>“No Brasil os impostos contribuem para o aumento da desigualdade” (usuário Twitter)</p>	<p>Reparo das desigualdades</p>	<p>#taxarfortunasja #IGF</p>
<p>“O silêncio dos bilionários” (CUT Brasil)</p>		<p>#grandesfortunas</p>
<p>“Quanta pobreza é necessária para existir a riqueza?” (UNE - União Nacional dos Estudantes)</p>		<p>#impostosobregrandesfortunasja #maispobres #bilionarios</p>
<p>“A conta sempre arrebenta para o lado mais fraco. A classe trabalhadora tem perdido direitos sob a falácia de salvar o país. Basta! É urgente distribuir riquezas. É urgente!” (usuário Twitter)</p>		
<p>“A taxação de grandes fortunas, lucros e dividendos e grandes heranças poderia render ao menos R\$120 bilhões por ano ao Brasil. Poderia praticamente dobrar o orçamento da Saúde Pública. Esse é o caminho: taxar fortunas para salvar vidas” (Guilherme Boulos Candidato a prefeito PSol/SP)</p>		
<p>Taxar as grandes fortunas é fundamental para financiar as medidas de combate ao #coronavirusbrasil. Com esses recursos, podemos fortalecer o SUS, garantir medidas de manutenção do emprego e o auxílio emergencial a quem precisa (Dep.Federal e candidato a prefeito de SP - PCdoB/SP)</p>	<p>Uso do imposto em uma causa nobre</p>	<p>#taxarfortunassalvavidas</p>
<p>“O Itaú anunciou que fará uma doação de 1 bilhão de reais para o combate ao coronavírus. Pode parecer muito, mas é menos de 3.5% do lucro líquido do banco em 2019. Não é absolutamente nada comparado ao “socorro” de 1,2 trilhões do governo aos bancos. Generosidade?” (Sâmia Bonfim – Dep.Federal PSol/SP)</p>	<p>"Situação de guerra"/período emergencial</p>	<p>#taxarfortunasja #IGFja</p>
<p>Jair Bolsonaro disse recentemente que é "injusto" que grandes empresários, "que já fazem tanto pelo Brasil", tenham mais uma despesa na luta contra o covid-19. Ele prefere colocar a pandemia na conta do trabalhador, já tão penalizado! (Luizianne Lins - Dep. Federal e candidata a prefeita de Fortaleza -PT/CE)</p>		
<p>“Já passou da hora dos mais ricos doarem a sua parcela de contribuição” (Carlos Veras - Dep.Federal PT/PE)</p>		
<p>“Quem puder ajudar a mobilizar, por favor esse é o momento. Tributemos os super-salários do setor público. Instituíamos contribuição sobre grandes fortunas. Pensemos em como fazer o esforço coletivo para proteger o SUS, os vulneráveis” (Mônica De Bolle - jornalista)</p>	<p>O Estado precisa também ser repensado</p>	
<p>"Se tributar (grandes fortunas), acho que o dinheiro escapa do País” (Luciano Huck citado pelo Estadão)</p>	<p>Taxar fortuna depende de outras questões</p>	<p>Neste tipo de posicionamento não há o uso de hashtags</p>
<p>“Sou a favor do aprofundamento do debate sobre a taxação de grandes fortunas. E vejo na tributação de grandes heranças uma via mais eficiente pra essa discussão avançar no Brasil” (Luciano Huck)</p>		

Fonte: Elaboração das autoras a partir de dados coletados no Twitter.

A partir das sociologias da moral e econômica, o mapa analítico resultado desta análise revela um repertório moral que aponta uma crescente sensibilização aos argumentos de repúdio à taxação. São verificados posicionamentos promovidos por um grupo considerado “liberal de extrema”, que possui domínio do uso das redes sociais e está teoricamente embasado por teorias anarcocapitalistas (justificadas a partir da escola austríaca) contrárias ao imposto; bem como propostas derivadas das anteriores [#sonegarélegitimadefesa – pois tira o dinheiro que alimenta

a corrupção (Estado/política)], que se associam a pautas conservadoras de base cristã-católicas, e, que analogamente se somam a narrativas de empresários/profissionais liberais/autônomos (de todos os tipos) que acusam o Estado de impedi-los de crescer e contribuir com o progresso do país (riqueza).

Tal limitação é justificada pela burocracia estatal [#imposto é roubo – retira a riqueza, que intervém na esfera produtiva, desincentiva o empreendedorismo, desestimula a filantropia que é mais bem gerida pela esfera privada] colocada como corrupta. Enquadramentos que encontram afinidades com as pautas defendidas até então por economistas e jornalistas ortodoxos, reforçando assim, lógicas duais (cf. ZELIZER, 2009) sobre as dimensões morais do imposto e do dinheiro - que prevalecem no intermédio das esferas política e econômica, questões que contribuem para o debate sobre desigualdade e concentração de renda mas que ficaram aquém do *mainstream* sociológico no Brasil. Isto posto, consideramos neste artigo dualidade clássica e moralidades: dinheiro/imposto, os princípios eficientes do mercado em contraponto a ineficiência do Estado; por exemplo, os empresários (*self made man*) mantêm a economia (PIB), geram empregos, salários, impostos, etc.; em oposição ao Estado que taxa, impede o crescimento, é burocrático, e gasta muito.

Para além deste, tem-se um movimento oposto marcado pela defesa da taxaço baseado em critérios de justiça social, reparo das desigualdades que visa chamar atenção para a parcela super rica da população brasileira e suas articulações com bancos e benefícios políticos [#impostossobregrandesfortunasJá; #mais pobres; #bilionários #IGFJá]. Estes posicionamentos são advindos de políticos de caráter progressista e seus adeptos, considerados pelo lugar comum opositor como comunistas/socialistas<sup>25</sup>, e embora críticos ao cenário de concentração de renda e conscientes das possibilidades de avanços para a contribuição na redução da desigualdade<sup>26</sup>, pouco contribuem para desmistificar os detentores das grandes fortunas.

Muitos destes posicionamentos aproximam o imaginário sobre as grandes fortunas de banqueiros e grandes empresários, alimentando, por um lado, as críticas que defendem os empresários como fundamento para a estruturação dos postos de trabalho no país, seguidos de algumas hashtags como [#fometambém mata; #aeconomianãopodeparar; #socialismomata]:

Sempre que vejo Marcelo Freixo falando em “taxar grandes fortunas” e gente concordando parece que o Brasil não vai dar certo. Não se desenvolve a economia punindo quem cria riqueza. O ideal é reduzir salários e privilégios de parasitas

---

<sup>25</sup> Nesse embate moral, a tentativa de desqualificação da ideia adversária não passa, como dito anteriormente pelo viés técnico-científico. Sendo assim, socialismo e comunismo são utilizados como sinônimos para denominar aqueles que vão contra ‘a prosperidade econômica nacional’ e que buscam se apropriar do esforço e riqueza alheios sem nenhum esforço.

<sup>26</sup> Dentre eles, Marcelo Freixo, que em uma de suas postagens anuncia a produção de uma série sobre taxaço de grandes fortunas.

como Freixo, que não produzem nada, só sugam (usuário da rede em resposta ao tuite de Marcelo Freixo sobre o Brasil ser um país de bilionários).

Por outro, acabam reforçando o tabu de não se discutir de fato quem compõe essa parcela da população, tal como ressaltado por Cattani (2014), permanece nesse embate a dupla dimensão totem e tabu, que em nenhum momento busca ser desmistificada, não há o esforço de transformar este 1% mais rico em, de fato, informações palpáveis capazes de reduzir os efeitos dos argumentos que os veneram como salvadores da economia nacional.

Nesta ocasião, aparecem ainda contra argumentos que ironizam o posicionamento geral da classe média que, diante de tal proposta, se percebe como potencial alvo da taxaço e é, então, ludibriada pela lógica da dualidade (cf. ZELIZER, 2009) manifestada pelos opositores do imposto:

A gente brinca com aquela coisa de que as pessoas acham que vão taxar o Corolla delas, mas isso é um medo real, graças ao discurso vendido pelos espertalhões que servem o deus mercado [...] e isso é muito falta de consciência de classe e até educação financeira (afirma um usuário da rede sobre este debate).

Nota-se claramente que embora a pandemia tenha um alto número de mortes e as recomendações de especialistas da área de saúde sejam de total resguardo afetando assim a atividade econômica nacional, a lógica moral interpretativa do imposto deixa pouco espaço para a compreensão de um possível benefício derivado de uma taxaço das grandes fortunas àqueles que foram impactados por tal cenário. Mesmo que não se enxergue a taxaço como modelo legítimo de reparação das desigualdades e de redistribuição de renda, o imposto não é bem visto nem mesmo como saída rápida dos efeitos de uma crise sanitária para aqueles que se colocam contra tais propostas. Dificilmente encontra-se nestes posicionamentos o cenário causado pela pandemia como motivador de uma reflexão sobre tal assunto, como se as consequências econômicas dela decorridas devessem, única e exclusivamente, pelo baixo comprometimento das instituições com o crescimento econômico ao recomendarem e sustentarem a permanência da quarentena.

Um terceiro viés foi encontrado a partir da análise preliminar dos dados, neste se encontram posicionamentos que se apresentam como favoráveis à taxaço, contudo, trazem como justificativas cenários específicos para sua execução ou contrapontos que elencam condições para atestar sua eficiência ou validade. Em alguns o imposto é justificado para períodos específicos, neste caso, o da pandemia – apresentado como “situação de guerra” em referência ao momento turbulento ocasionado pela Covid-19, em outros a taxaço de grandes fortunas só faz sentido se combinada à redução dos super salários do funcionalismo público, chamando a atenção aqui, para a necessidade de eficiência e performatividade do Estado, numa

espécie de isenção de lado<sup>27</sup>. Justificativas são colocadas sempre condicionando o imposto a um “bom comportamento” advindo do Estado, contribuindo para que o peso em torno da discussão seja maior para o público do que para o privado, assim, mitos e crenças legitimadas por economistas e acadêmicos ortodoxos circulam nessa contenda como, por exemplo, a fuga de capitais. Poder taxar fortunas implica em outras questões que ampliam ainda mais o escopo do debate, posicionamentos que se dizem favoráveis a uma possível taxaçaõ traz o IGF sempre subordinado a questões problemáticas e já conhecidas dos debates em torno da eficiência do Estado estendendo sua real efetivação a uma disputa que novamente reitera enquadramentos morais sobre a condução econômica.

Nota-se que, embora distintas entre si, as três lógicas estimulam (a partir de seus posicionamentos) o mesmo contencioso moral, explicitado de múltiplas maneiras e em gradações diversas. Desse modo, o jogo dual se faz presente quando as chaves discursivas apreendidas, embora pontuando e defendendo pontos de vistas distintos sobre a mesma questão, acionam os mesmos enquadramentos morais relativos a dinheiro/imposto.

#### **4. Considerações finais**

O momento analisado mostra-se diferente do que Rocha (2019) evidencia no cenário de formação do advento ultraliberal durante os Protestos Pró e Impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, no qual expressões como: “Menos Marx mais Mises”; “Não existe almoço grátis”; “Esquerda caviar”; é que pautaram o imaginário daquele período. Pautas e expressões, que de certa forma, estavam em sintonia naquela época com o jornalismo do *mainstream* midiático que clamava também pela política monetária, por uma austeridade fiscal mais rígida.

De modo geral, tais expressões encontradas no Twitter são reforçadas pelas teorias econômicas liberais e influenciadas, em nosso caso mais especificamente, por Frédéric Bastiat (*#imposto é roubo*, *#sonegar é legítima defesa*), seguidas pela escola austríaca de Ludwig von Mises, pelo anarcocapitalismo de Murray Rothbard, e também pela Escola de Chicago de Milton Friedman, em que suas teorias apontam argumentos contrários a tributação por restringir/limitar a capacidade/oportunidade dos indivíduos agirem no livre-mercado. Neste sentido, concordamos com Rocha (2019), que propulsores das hashtags no Twitter que disseminam o repúdio a taxaçaõ “se valem de princípios de ordem moral para sustentar a

---

<sup>27</sup> Cabe aqui lembrar que o presente trabalho se estrutura sobre uma análise qualitativa preliminar dos dados obtidos, reconhecendo que há muitas possibilidades de exploração do material sobre o assunto, inclusive a partir do viés quantitativo e do mapeamento mais detalhado de todos as justificativas utilizadas bem como seus interlocutores proeminentes.



superioridade da lógica de livre mercado” (ROCHA, 2019, p. 05), e não de argumentos técnico-científicos.

Isto posto, a lógica analítica moral deste grupo é reduzida ao clássico embate – Estado/Mercado o qual se desdobra em dualidades: pobreza/riqueza; morosidade (burocrática)/eficiência (*self-made-man*); tributação (gastos)/geração de emprego (progresso/riqueza). A simplicidade do caráter dual no emprego dos argumentos facilmente encontra fatos/elementos isolados que se tornam real (verossímil) aos olhos do cidadão comum, pois constituem uma teoria social própria e que equivale à realidade da maioria dos indivíduos. Como aponta Young (2019) sobre o mito da evasão fiscal, taxar aqueles que em nosso imaginário produzem a riqueza – os empresários/ricos, significa atribuir/condicionar o país ao desemprego em massa, à redução de salários, ao desincentivo da atividade produtiva e do empreendedorismo, isto é, à fuga de capitais em grande intensidade ocasionando, portanto, uma grave crise econômica.

E, durante a pandemia o embate pareceu tornar-se moralmente mais “hostil” pois ao mesmo tempo em que se falava em taxar a riqueza – o país vivenciava o aumento do desemprego, a falência de pequenas e médias empresas e a queda na renda do setor informal – produzindo, assim, uma espécie de moralidade invertida – na qual a justificativa seguia contrária a taxação e a possibilidade de impedir a geração de empregos, e de não dinamizar a economia. Essa moralidade inversa foi inflada pelas diversas manifestações do presidente, seus apoiadores e empresários brasileiros a partir das expressões “a economia não pode parar”, “Brasil não pode parar”, “fome também mata” e “é preciso salvar o emprego”.

Se este grupo constitui uma armadilha sociológica, não temos evidências suficientes para responder neste trabalho, mas ao iniciar a análise nos deparamos com tais argumentos que são “atrativos” e coerentes com outros debates que ocorrem na cena político-econômica atual brasileira; contudo, vale lembrar, o debate não se limita a eles, como apresentado, temos argumentações em favor da taxação a partir da reivindicação de justiça social (geralmente, apresentadas por políticos do espectro de esquerda e apoiadores) que questionam a concentração de renda entre os super ricos, os 1% mais ricos, e os benefícios advindos destas posições; e posicionamentos “intermediários” que não são totalmente contrários, mas também apontam contrapontos como redução e cortes do funcionalismo público, proposta de taxação de uma classe somada às políticas de austeridade do Estado, como uma espécie de balanço moral.

Mais uma vez se ressalta que este estudo se trata de uma análise preliminar que vale ser combinada com outros mecanismos para que o mapeamento do debate sobre o assunto seja completo, como ressaltado anteriormente, faz-se relevante identificar os momentos discursivos

importantes acompanhando-os simultaneamente nas mídias tradicionais, nos posicionamentos oficiais e nas redes sociais.

Contudo, o que chama a atenção nesta primeira análise é como o imaginário social de repúdio ao imposto foi acionado pelas redes sociais, assim, concordamos com Rocha (2019), no sentido de que em sua maioria são agentes universitários de classe média que **protagonizaram** (grifo nosso) a constituição dos “nós” (difusão de #), os quais alegam sentirem-se pouco representados nos meios universitários, na mídia e na política, e são sustentados por uma rede já estabelecida de institutos, de *think tanks* que visam difundir o liberalismo econômico no país. Assim, estes intermediários e suas ideias encontram ressonância nas redes sociais. Entretanto, o público/seguidor é bem heterogêneo e a difusão das hashtags ganha proporções e operam para além deste grupo. Aqui também é preciso considerar o modo como operam os filtros e os algoritmos que reforçam os agrupamentos sociais, questões a serem debatidas com a evolução do estudo.

Assim, reforçamos a tese de Grün (2018) sobre a possível ascensão de um capitalismo de dominação moral, em que prevalece a sensibilidade dos que controlam a narrativa – do repúdio à taxação; tornando-se compreensível como setores populares, por exemplo, passam a defender tais projetos, que de início parecem ir contra os seus próprios interesses, e passam a atacar os defensores da taxação. De modo geral, a lógica narrativa em ascensão se sustenta por princípios eficientes do mercado, o que nos levou a apontar como teorias, narrativas, contextos e moralidades convergem, e muitas vezes, se tornam verossímil (cf. GRÜN, 2010) a setores populares e médios, contribuindo para a “**acomodação moral**” (grifo nosso) – concretizando aquilo que entendemos como governamentalidade neoliberal (FOUCAULT, 2008).

### Referências Bibliográficas

ASSIS, K. G. Entenda o significado do dinheiro nas sociedades. *Sociologia - Ciência e Vida*, São Paulo, 08 fev. 2017. Disponível em: <<http://sociologia.uol.com.br/entenda-o-significado-do-dinheiro-nas-sociedades/>>. Acesso em: 30 de outubro de 2016.

BALTHAZAR, U. C.; ALVES, A. Z. A resistência ao pagamento de Tributos no Brasil. In: BOMBASSARO, Luiz Carlos; JÚNIOR, Arno Dal Ri; PAVIANI, Jayme. *As interfaces do humanismo latino*. Porto Alegre. EDIPUCRS, 2004.

BOURDIEU, P. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

CANTU, R. A pandemia, os economistas e o fim do neoliberalismo no Brasil. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. Rio de Janeiro. Reflexões na Pandemia, 2020.

In: <https://www.reflexpandemia.org/texto-10>

CATTANI, A. A Riqueza Desmistificada. Marca visual; Edição: 2, 2014.

DE BOLLE, Monica Baumgarten. Como matar a borboleta-azul. Uma crônica da era Dilma. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

DOUGLAS, M. Como as instituições pensam. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Edusp, 1998.

FOUCAULT, M. Nascimento da biopolítica. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOURCADE, Marion; KIERAN, Healy. "Moral Views of Market Society". Annual Review of Sociology, 33, 2007, pp. 285 -311, 2007.

GOBETTI, Sérgio Wulff. Tributação do capital: teoria e prática (e o caso brasileiro). Econ. soc. [online]. 2019, vol.28, n.3, pp.761-789. Epub Dec 13, 2019. ISSN 1982-3533. <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2019v28n3art07>.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. American Journal of Sociology, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

GRÜN, Roberto. A crise financeira, a guerra cultural e as transformações do espaço econômico brasileiros em 2009. Dados [online]. vol.53, n.2, pp.255-297, 2010.

GRÜN, R. Escondendo os "1%": crítica e lógica socioculturais. Política & Sociedade - Florianópolis - Vol. 17 - Nº 39 - Mai./Ago., de 2018.

GRÜN, R. "Empresas e empresários na era da financeirização: Uma nova moral acompanha o novo arranjo institucional?". Palestra proferida no X Workshop Empresa, Empresário e Sociedade (WEES). UEM, Maringá, 20 de junho de 2018b.

GRUZD, A. (2016). Netlytic: software para texto automatizado e análise de redes sociais. Disponível em: <http://Netlytic.org>

KESSEL, V. Benjamin Franklin: the personification of Max Weber's 'spirit of capitalism'. In: <http://ideashistory.org.ru/pdfs/a31.pdf#page=150>, 2006.

LEITE, E. S. De dispositivo de prescrição às racionalidades cotidianas: o orçamento doméstico e familiar no Brasil. REVISTA TOMO, v. 20, p. 197-226, 2017.

LEROY, Marc. Découvrir la sociologie fiscale. Regards croisés sur l'économie. Nº 1, p. 94-100, 2007. DOI: 10.3917/rce.001.0094. URL: <https://www.cairn-int.info/revue-regards-croises-sur-l-economie-2007-1-page-94.htm>.

MAINARDI, Clarice Inês. Despertar Pós-Covid-19. (Org.) Livro: Capitalismo e a Covid-19/organizadores: Daniel Castro, Danillo Dal Seno, Marcio Pochmann. -São Paulo: 2020. In: <http://abet-trabalho.org.br/wp-content/uploads/2020/05/LIVRO.CapitalismoxCovid19.pdf>. Acesso: 22 de outubro de 2020.

OLIVEN, R. G. De olho no dinheiro nos Estados Unidos. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 27, 2001.

PARMELEE, John H.; BICHARD, Shannon L. Politics and the Twitter Revolution: How Tweets Influence the Relationship between Political Leaders and the Public. Maryland: Lexington Books, 2012.

RECUERO, R. Redes sociais na Internet. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RECUERO, R; ZAGO. G. A economia do Retweet: Redes, difusão de informações e capital social no Twitter. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cibercultura do XX Encontro da Compós, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, de 14 a 17 de junho de 2011.

Disponível em: <http://www.raquelrecuero.com/arquivos/recuerozagocompos2011.pdf>

REGO, W. L.; PINZANI, A. Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania. Unesp, São Paulo, 249p. ISBN: 9788539305285, 2013.

ROCHA, C. “Imposto é Roubo!” A Formação de um Contrapúblico ultraliberal e os Protestos Pró-Impeachment de Dilma Rousseff. DADOS, Rio de Janeiro, vol.62(3):e20190076, 2019.

ROSSETO, G.; CARREIRO, R.; ALMADA, M.P. Twitter e comunicação política: limites e possibilidades. In: Revista Compolítica, n.3, vol.2, ed.jul-dez, ano 2013. ISSN:22364781

SAEZ, Emmanuel; ZUCMAN, Gabriel. The Triumph of Injustice – How the Rich Dodge Taxes and How to Make Them. W.W. Norton & Company, New York, 2019.

SANTOS, J. A. O imposto e a alergia fiscal: um binômio antigo. In: Fiscalidade - Outros olhares. Org. Antônio Carlos dos Santos e Cidália Maria da Mota Lopes. Vida Econômica, 2013.

SASSEN, S. As cidades na economia mundial. São Paulo, Studio Nobel, 1998.

SILVA, Luciana Caetano da. Neoliberalismo em xeque, mais uma vez. (Org.) Livro: Capitalismo e a Covid-19/organizadores: Daniel Castro, Danillo Dal Seno, Marcio Pochmann. -São Paulo: 2020. In: <http://abet-trabalho.org.br/wp-content/uploads/2020/05/LIVRO.CapitalismoxCovid19.pdf>. Acesso: 22 de outubro de 2020.

SIMMEL, G. The Philosophy of money. Edited by David Frisby. Trad. Tom Bottomore e David Frisby. New York: Routledge, 1990.

SOARES, D; MARQUES, R. Sociologia fiscal: um esquisso histórico. In: Fiscalidade - Outros olhares. Org. Antônio Carlos dos Santos e Cidália Maria da Mota Lopes. Vida Econômica, 2013.

SOUZA, Pedro Herculano de. A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia-UnB, Brasília, 2016.

STEINER, Philippe. A sociologia econômica. São Paulo: Atlas, 2006.

SWEDBERG, R. Max Weber e a ideia de sociologia econômica. Coedição: Editora da UFRJ e Beca Produções Editoriais, Coleção Economia e Sociedade, 2005.

WEBER, Max. Economia e Sociedade. Brasília: Editora UnB, 1991.

\_\_\_\_\_. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Pioneira, 1999.

YOUNG, Cristobal. The Myth of Millionaire Tax Flight: How Place Still Matters for the Rich. Stanford University Press, 2017 (kindle).

ZELIZER, V. The Social Meaning of Money. New York: Princeton, 1994.

\_\_\_\_\_. O Significado social do dinheiro – “dinheiros especiais”. In: A Nova Sociologia Econômica: uma antologia, org. Rafael Marques e João Peixoto. Celta Editora, Oeiras. p. 125-165, 2003.

\_\_\_\_\_. Dualidades perigosas. Mana. Vol.15, n.1, p. 237-256. 2009.

\_\_\_\_\_. A negociação da intimidade. Coleção Sociologia. Tradução de Daniela Barbosa Henriques. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

WILKIS, ARIEL. Una Nueva Economía Moral. Revista Anfibia. Universidad Nacional San Martín, 2020. In: <http://revistaanfibia.com/ensayo/una-nueva-economia-moral/>